

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **A CIDADE NA RUA: AS CONSTRUÇÕES DO ESPAÇO DAS RUAS DE FORTALEZA A PARTIR DO COTIDIANO URBANO (1863-1875).**

**Maria Isabele Farias Moreira**  
Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC.  
[fariasisabele@gmail.com](mailto:fariasisabele@gmail.com)

### **RESUMO**

Este artigo pretende compreender os processos de construção, ocupação, significação e disputas das ruas da cidade de Fortaleza entre 1863 e 1875. As ruas são para as cidades parte importante das trocas e dos acontecimentos do dia a dia urbano, dos encontros entre populares e da construção de uma lógica urbana de sociabilidade própria. As ruas são um objeto difuso, não possuem delimitações certas de quem caminha, trabalha, brinca e pratica todo tipo de atividade em seu cotidiano. Da mesma forma, suas configurações estruturais também são heterogêneas: calçadas, calçamento, iluminação, tudo isso varia conforme a localização e sobretudo conforme os jogos de poder que se estabelecem em torno da significação deste espaço. As infraestruturas, a natureza e a cultura estabelecem a forma como essas configurações vão se concretizando com o passar do tempo, por isso, para a análise presente neste artigo utilizamos o cruzamento de fontes diversas: jornais, plantas da cidade de Fortaleza, códigos de postura e plano de expansão e urbanização. Buscando alcançar maior diversidade através de um exercício de cartografia das ruas, o trabalho tem como objetivos: analisar o processo de formação das ruas enquanto espaço fundamental urbano e compreender as contradições entre as ruas planejadas e a cidade real, bem como a adequação dos arruamentos ao cotidiano da cidade. Dessa forma, concluímos que as sociabilidades pautam a construção, manutenção das ruas e suas infraestruturas e significados. Sendo as sociabilidades urbanas, não parte das ruas, mas a própria rua em si.

### **As ruas enquanto espaço fundamental urbano.**

Fortaleza até a segunda metade do século XX era uma cidade que crescia lentamente. Desde os seus primeiros passos fora ocupando espaço de maneira tímida. As margens do Pajeú, que deram início a vila e posteriormente a cidade, formara-se a

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

primeira rua, por volta de 1816, fortemente movimentada pelo comércio, futuramente chamada de rua da Matriz. Após quase cinco décadas apenas mais sete ruas surgiram, estando a parte urbanizada da cidade em 1863 com apenas oito ruas e ainda delimitada pelas dunas dos arredores<sup>1</sup>.

Com o passar das décadas, no entanto, esse quadro mudou. O aumento da população era gradativo e a necessidade da antiga vila de colocar-se economicamente como uma capital forte, ascendeu a necessidade de modernização, tal qual outras capitais do país. Dessa maneira, era preciso traçar um plano de urbanização que desse conta de vigiar a população e controlar o crescimento urbano.

Em 1863 surge então o plano de urbanização para a cidade de Fortaleza. Em conjunto ao plano, uma série de documentos passam a vigorar atrelados a ele. Comum em todos eles, temos o espaço da rua, antes apenas uma forma de organizar com maior agilidade uma pequena redoma da cidade, como a centralidade para a expansão da urbanização e de tudo o que se pretendia para Fortaleza.

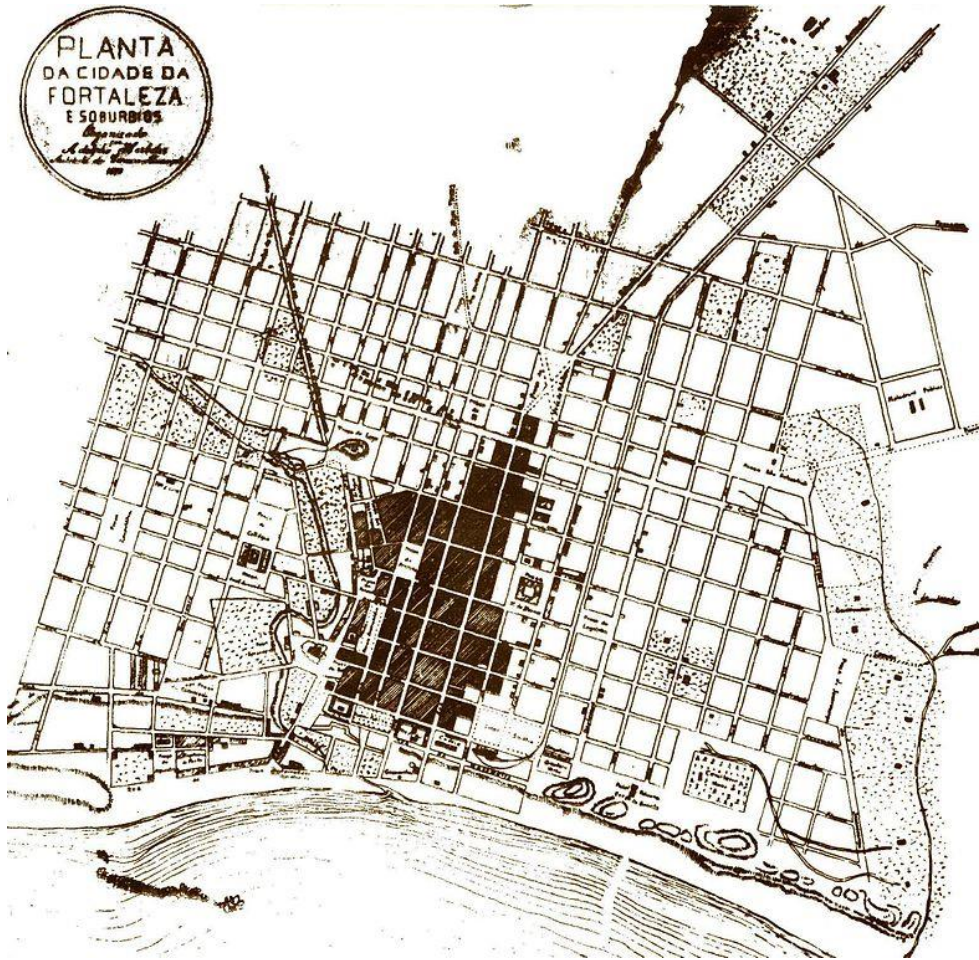
Desde 1859 Adolpho Herbster, engenheiro da província e arquiteto, dedicava-se a analisar os contornos da cidade, no papel e na prática, para então projetar uma proposta de continuidade do processo de urbanização. As plantas e todos os documentos oficiais de planejamento urbano aquela época eram elaborados pelo responsável seguindo os parâmetros exigidos pela câmara de vereadores e devendo ser aprovado pelos mesmos para que então fosse executado.

Mas é apenas em 1875, atrelado ao plano de expansão da cidade, que Herbster então traz à tona uma planta que configurava planejamento. Em seu desenho é possível observar uma área ampla, muito diferente das plantas anteriores, que retratavam apenas o núcleo central da cidade e nunca os arredores.

---

<sup>1</sup> GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1979/1997. P. 73-74.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



*Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios. Hadolfo Herbster, 1875.*

A amplitude que Herbster traz a cidade demonstra dois fatores: em primeiro, a preocupação com o aumento populacional ordenado, em 1872 a população fortalezense era de 42.458 habitantes, indo para 65.816 em 1910 gradativamente, tendo uma baixa na crescente apenas em meados de 1890 como consequência da seca de 1888<sup>2</sup>. Em segundo, a busca por evitar problemas como a mendicância e falta de sanitarismo urbano, assim como a demonstração de que o plano de urbanização, que incluía códigos de postura e vigilância sanitária e policial aos costumes locais, também poderiam recair sobre os chamados “arrabaldes”, as localizações em torno do núcleo central.

Vê-se na planta uma coloração escura em alguns quarteirões, esses correspondem ao centro, a região urbanizada que já contava com todo o aparato da urbe disponível no momento. Corresponde à parte da cidade que servia de base para todo o planejamento dos

---

<sup>2</sup> Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entornos, porque não precisaria de modificações estruturais. Em suma, apenas o território em escuro, quase cinco vezes menor do que a planta como um todo, correspondia a realidade da cidade naquele momento.

Em menor qualidade gráfica do que as que estariam por vir, a Planta da Cidade da Fortaleza e subúrbios fora produzida em uma espécie de sobreposição, onde embaixo dos traços das ruas é possível observar o rio Pajeú, aguadas e diversas casas. Todo o conjunto de coisas que não se encontram enquadradas entre as ruas deveriam sair dali mais cedo ou mais tarde e as próximas construções a serem realizadas na cidade deveriam seguir rigorosamente e obrigatoriamente os caminhos da planta, mesmo antes de ela ser oficialmente publicada. Essa preocupação e fiscalização também é reforçada por matéria do Jornal O Cearense de 1861:

A' Camara Municipal da Capital – Recommendando-lhe, á visita da informação que prestou o Engenheiro Herbster, que faça observar o alinhamento e que foi começada a casa de Joao Antonio do Amaral, mandada embargar por essa Camara, visto que assim está de confirmado com a planta da cidade.<sup>3</sup>

Semanalmente os principais jornais da cidade publicavam um caderno de chamadas oficiais, onde encontravam-se avisos, ordens e condecorações dos chefes de Estado. No caso em questão, observamos um aval da Câmara de Vereadores para a construção de uma casa, demonstrando que o responsável apenas poderia dar continuidade à obra após a confirmação de que a construção respeitava o alinhamento das ruas, devendo ter assim a aprovação de Herbster para prosseguir.

Margarida Julia Farias de Sales Andrade ressalta essa imposição que acontecia em diálogo com os códigos de postura e que passava a impor a forma como as casas deveriam ser construídas a partir de então, resguardadas pela noção de planejamento urbano:

“posturas municipais publicadas em 1868, mencionam que as choupanas somente poderiam ser construídas com autorização da

---

<sup>3</sup> O CEARENSE, 17 de dezembro de 1861.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

câmara, e que estas deveriam estar alinhadas em relação as ruas principais e aos becos.”<sup>4</sup>

No entanto, apesar dessas imposições, comunidades continuavam a formar-se comumente sem levar em conta, em primeiro momento, os arruamentos. A prioridade era estar nas ribeiras do Pajeú ou das aguadas, que a essa altura ainda existiam na localidade, permitindo atividades que necessitavam de grande volume de água como a agricultura, fato constatado em sua primeira planta (1859) em que tomava nota de todos os possíveis percalços ao planejamento<sup>5</sup>.

Conjuntos como o Arraial Moura Brasil, localizado na beira da praia, podem ser observados seguindo uma lógica organizacional indiferente ao traçado urbano. O que podemos supor, a partir desses apontamentos, é que em primeiro momento, nem as ruas nem o perímetro urbanizado da cidade configuravam uma necessidade ou prioridade para parte dos moradores locais, que mesmo havendo a possibilidade de construir as casas de taipa mais próximas aos arruamentos, estavam em localizações que lhe permitiam o trabalho e o ir e vir o que não parece necessariamente estar associado as vias públicas em primeiro momento para essa parcela da população, mas que em breve precisariam enquadrar-se a elas.

## **As contradições entre as ruas planejadas e a cidade real.**

Em 1868 Herbster publica no Atlas do Brazil uma planta de Fortaleza onde movido por interesses políticos locais ele esconde o rio Pajeú, as aguadas, os outeiros e dunas da cidade, além de ampliar o arruamento existente e ignorar comunidades, como é possível notar em um exercício de comparação com a Planta Exacta da Capital do Ceará (1859), citada anteriormente.

O Atlas do Brazil (1868), organizado por Candido Mendes de Almeida, faz parte de um esforço cartográfico para mapear o grandioso território brasileiro, que com a centralização administrativa do segundo reinado fazia-se necessário para a construção de

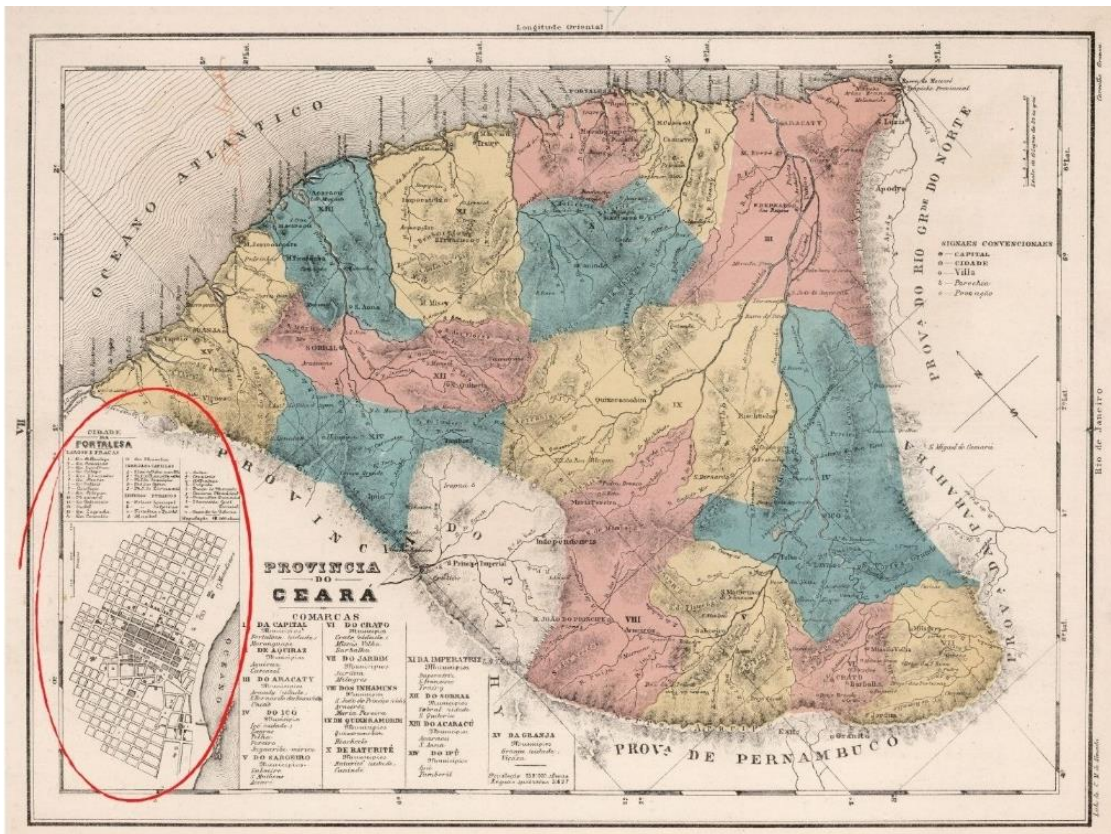
---

<sup>4</sup> ANDRADE. Margarida Julia Farias de Sales. **Fortaleza em perspectiva histórica: Poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810-1933**. 2012. P. 125.

<sup>5</sup> MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926)**. 2015. P. 41-42.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

uma ideia de nação brasileira e conseqüentemente de um território brasileiro<sup>6</sup>. Constituído por 27 mapas, dos quais alguns mapas referentes aos estados vinham acompanhados de plantas de suas respectivas capitais, a planta de Herbster encontra-se no canto inferior esquerdo do mapa do Ceará, constando como a representação da capital da Província:



Como as plantas oficiais se tratam de documentos produzidos através da demanda da câmara de vereadores, as produções de Herbster e a disposição das ruas nas mesmas vai mudando conforme o interesse e a circulação de cada uma. Processo esse que envolve uma seleção de elementos mais favoráveis a serem apresentados em cada caso.

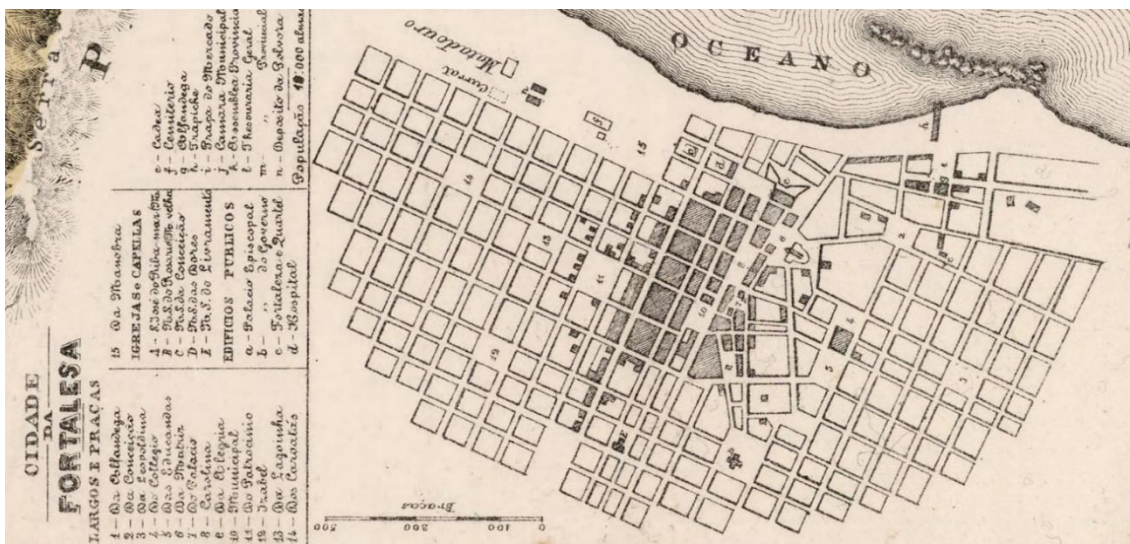
As plantas de 1859 ou mesmo a mais tarde publicada planta de 1875, são bem mais amplas que a do Atlas e a visibilidade da referida planta torna-se modesta, quando comparada com o conjunto dos mapas que são de fato o foco da publicação. Dessa maneira, era importante fazer parecer uma cidade desenvolvida, limpa e com planejamento já executado na publicação do Atlas, que circularia entre qualquer pessoa

<sup>6</sup> BORGES, Maria Eliza Linhares. **Atlas Histórico: Com eles também se escrevem memórias nacionais**. In: Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida. 2006. P. 372.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que tivesse dinheiro para adquiri-la por todo o país, diferentemente da planta de 1875 que era acessada apenas por administradores que em maioria já conheciam a cidade.

O importante a ser observado nesse caso é que como o Atlas tinha como princípio o mapeamento do Brasil, mesmo as plantas feitas por arquitetos e engenheiros publicadas no volume deveriam seguir a linha de uma representação do real. No entanto, o que vemos é um desenho de caráter mais próximo à projeção e planejamento, com a representação de uma extensão de arruamentos ainda inexistentes na prática. Ao mesmo tempo que se continha em não exagerar na expansão da malha uma vez que é ainda muito menor do que a de 1875, que como observamos, tinha uma amplitude muito maior do que a região de fato arruada, não se furta em expandir seu território para além do núcleo central, que novamente aparece em escuro:



Analisando a duas plantas, que com apenas sete anos de distância temporal possuem arranjos diferentes em pretensões, circulação e execução, o que se pode observar é que não se sabe qual era de fato a realidade estrutural da cidade naquele momento, uma vez que a última planta de representação real da cidade fora projetada nove anos antes da publicada no Atlas do Brazil e dezesseis anos antes da Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios. Em ambos os casos as ruas, principalmente as que existiam apenas no espaço do papel, serviam para ocultar uma outra cidade, escondida pelo aparato institucional.

A cidade de Fortaleza da planta publicada no Atlas aparece como completamente plana, sem acidentes naturais. Em parte, essa simplificação da planta se deve ao fato de o Atlas servir de material educacional das elites brasileiras, organizado em dedicatória ao

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Imperador D. Pedro II, ele é amplamente utilizado no colégio Imperial de Pedro II e comprado por pessoas que não teriam necessariamente o conhecimento cartográfico, as noções de escala, distâncias e legendas para ler mapas e plantas complexas<sup>7</sup>. Além disso, se comparado ao tamanho da página completa em que aparece, a planta da cidade ocupa um espaço muito pequeno, não favorecendo assim a inclusão de muitos detalhes, que facilmente dificultariam a qualidade gráfica da impressão.

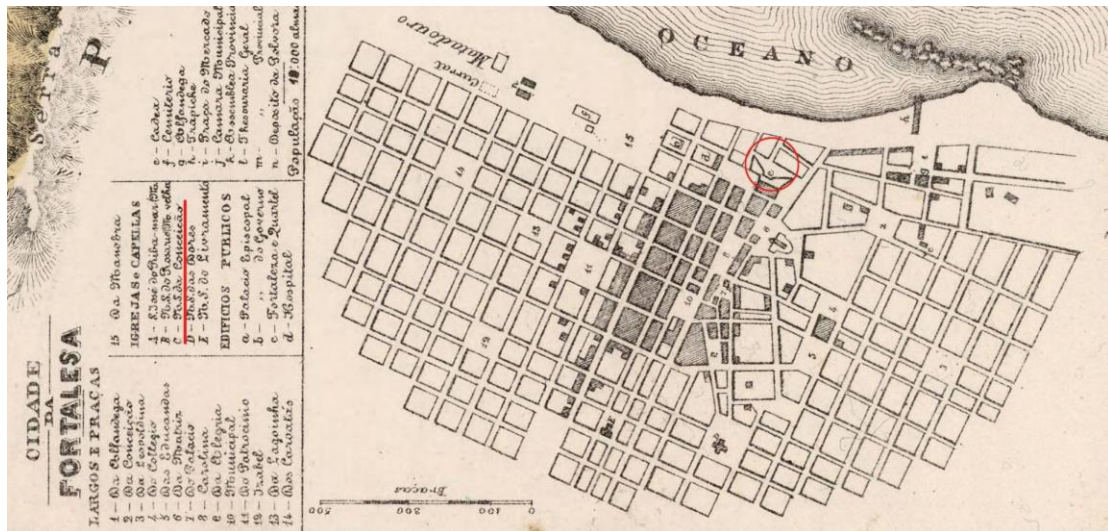
No entanto, a ocultação da natureza, ainda muito presente na realidade, é também uma escolha. Para além das árvores e do rio Pajeú que cortava a cidade, a planificação de um ambiente de dunas, escondia as comunidades próximas ao centro e ao mar, que escolhiam o topo das dunas e outeiros para existir. O Arraial Moura Brasil é o exemplo mais gritante, uma vez que tomava toda a extensão litorânea próximo de onde estão sinalizados o matadouro (que ainda não havia sido transferido para o local assinalado) e o curral, mas que sequer fora ocupado na planta por arruamentos. As casinhas de taipa por não estarem enquadradas no formato proposto de quarteirões sumiram junto com a duna e deram espaço a uma faixa de areia grande, vazia e plana.

Mesmo na região privilegiada como núcleo central, a praia e seus declives se faziam presentes. No ponto “c”, por exemplo, destacado na legenda da planta, observamos o que Herbster nomeia como “Capela da Nossa Senhora da Conceição”, que faz parte da região que aparece traçada, mas que ainda não havia sido contemplada pelo arruamento no momento da publicação. A igreja, na realidade, era popularmente conhecida como “Capela do Outeiro da Prainha” por localizar-se em um dos diversos outeiros encontrados na cidade, montes de areia que não tomavam uma proporção de dunas, mas que de certo dificultavam as projeções de planificação da malha urbana, e também por pertencer a comunidade da Prainha que ganha essa nomenclatura pela sua proximidade com a praia:

---

<sup>7</sup> BORGES, Maria Eliza Linhares. **Atlas Histórico: Com eles também se escrevem memórias nacionais**. In: Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida. 2006. P. 371-372.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



A comunidade da Prainha era movimentada e reunia moradores de outras localidades para as celebrações da igreja. Entre 1865 e 1871 encontramos diversos anúncios do Jornal O CEARENSE que propagandeavam celebrações, terços e missas, além de fornecerem relatos e descrições dos eventos já realizados na localidade:

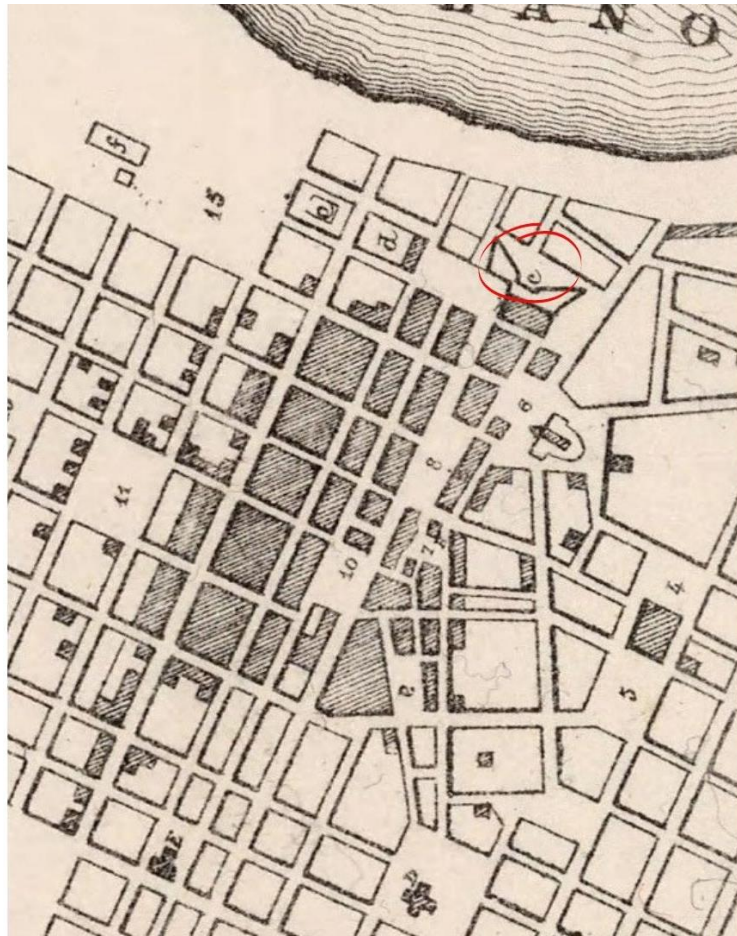
Com toda a pompa e esplendor, compatíveis com as posses da respectiva confraria, celebrou-se em sua Capella do Outeiro da Prainha, as festas da Immaculada Conceição de Maria, no dia 8 do corrente.

As novenas foram extraordinariamente concorridas. Apesar da distancia e de começarem as novenas muito cedo, muitas famílias d'esta capital concorreram a ellas.<sup>8</sup>

Nessa publicação em específico, tratando-se de um retorno sobre as festas da padroeira da capela que fora anunciada diariamente por meses no mesmo jornal, o autor narra o sucesso das celebrações destacando que “apesar da distância” muitas famílias compareceram ao local. O “apesar da distância” denota sobretudo a falta de planificação do terreno e arruamento, pois se observarmos a localidade da igreja na planta, ela está a apenas um quarteirão de distância do trecho central da cidade e já calçado, pintado em tom escuro. A questão aqui é que a vista de cima e planificada não dá conta, assim como de resto nenhum documento costuma integrar todos os elementos daquilo que pretende retratar, de perceber todas as nuances da realidade prática:

<sup>8</sup> O CEARENSE, 10 de dezembro de 1869.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Por estar em um outeiro sem arruamento, caminhar até a igreja significava subir um morro de areia branca, afundando os pés e enfrentando o sol a depender do horário. Além disso, para ir à missa ou às novenas há um código social de vestimentas, onde homens de paletó e mulheres de vestido, não encontravam facilidades para realizar tal tarefa. Além da areia, o vento do litoral também é forte, fazendo segurar o chapéu e as barras da saia. Tudo isso em 1869, um ano depois da publicação de Herbster no Atlas do Brasil.

Podemos partir então da análise da Igreja do Outeiro da Prainha para compreender dois aspectos fundamentais da cidade naquele momento: em primeiro, o planejamento urbano de Herbster encontraria mais dificuldades para ser executado se comparado com o anterior de Silva Paullet, porque nesse caso, a configuração da cidade com que Herbster lida não é a de um lugar em processo de formação com poucos moradores e com muita disponibilidade da pequena população de adequar-se ao sistema urbano proposto. Ao contrário, com o caminhar das duas primeiras décadas da segunda metade do XIX muitas

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

comunidades já existiam e não se comprometiam a ceder as suas casas para dar espaço a uma rua ou para enquadrar-se em um quarteirão. Isso se somava ao fato de que Paulet pensava uma cidade com área muito menor, enquanto a Herbster sobrou o desafio de ampliar em níveis muito maiores a projeção, tendo que lidar com um volume proporcionalmente mais volumoso de percalços para o cumprimento de seus projetos.

Em segundo, observamos uma dicotomia entre o que pensava e agia parte da população e o Estado em relação ao terreno local. As moradias das comunidades que se achavam dentro do perímetro central ou nos arrabaldes, próximas ao litoral ou das aguadas, tinham uma organização muito ligada ao plantar<sup>9</sup>, ao pescar, ao clima, ao acesso à água ou com o terreno que melhor favoreceria a construção de uma casa de taipa. A organização da cidade para essas pessoas se dava de maneira orgânica, sem necessariamente existir uma preocupação com a forma como soaria a disposição das casas ou como o arruamento passaria pela localidade.

Na verdade, não há indícios de que a falta do arruamento durante as décadas de 1850 e 1860 fosse um problema para os moradores das comunidades e dos arrabaldes. Ao contrário, como veremos adiante, muitas vezes é exatamente o processo de criação das ruas que incomoda os moradores dessas localidades, que brigam por espaço. Não podemos, no entanto, apontar de maneira homogênea essa articulação da população com a natureza ou com as construções orgânicas e espontâneas. De certo as pessoas que estavam no centro se beneficiavam do arruamento, assim como é possível que houvesse moradores fora do centro que desejariam estar ali. Nesse ponto é importante destacar que é nos arrabaldes e na beira da praia onde estava a população mais pobre e que o centro se configurava enquanto um bairro “nobre”, o que também dificultava o acesso a esse espaço.

Dessa forma, as ruas vão se construindo como uma delimitação que cerceia o morar e o estar em Fortaleza. Para o planejamento urbano da Câmara de Fortaleza as ruas configuram-se como elemento central, são elas que dão o tom de futuro às plantas. Ruas planejadas, em teoria, não permitem desvios. Dessa forma, as ruas aparecem nas plantas

---

<sup>9</sup> MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926)**. 2015. P. 44-45.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

como o espaço de estabelecimento de uma organização e delimitação da urbanização: controle baseado no avanço da modernidade.

Para o ir e vir no início da segunda metade do século XIX Fortaleza encontrava caminhos, estradas, passagens e trilhas entre os acidentes naturais do terreno adentro, onde as casinhas, muitas construídas sem alvenaria, criavam referencial de localização em aspectos como a natureza, o trabalho e a locomoção. Já as plantas, endurecidas pela retidão, encontravam nas ruas uma alternativa ao crescimento orgânico da cidade, definindo suas próprias prioridades dentro do dia a dia urbano. Existiam no papel e dessa forma incidiam sobre a realidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Sales. **Fortaleza em perspectiva histórica: Poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810-1933.** Margarida Julia Farias de Sales Andrade. -São Paulo, 2012. 297 p.il.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Atlas Histórico: Com eles também se escrevem memórias nacionais.** In: Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida. Eliana de Freitas Dutra; Jean Yves Mollier. Ed. annablume. 2006.

CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial--rural e urbana : introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879.** Fortaleza : Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CASTRO, José Liberal de. **Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza.** Revista do Instituto do Ceará, t. 108, p. 43-90, 1994.

COSTA, Maria Celia Lustosa. **Fortaleza, Capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX.** Revista do Instituto do Ceará – 2014.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza.** Fortaleza: Casa José de Alencar, 1979/1997.

LIMA, Paulo César Cunha. **A Produção do Espaço na cidade de Fortaleza: Uma análise das ações, políticas, projetos e planos diretores / Paulo César Cunha Lima.** - Rio Claro, 2013.

MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926)/ Emy Falcão Maia Neto.** – 2015.

QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. **Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de gêneros Alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do XX.** – Fortaleza, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 214 p.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História  
Rio de Janeiro/RJ, 2021**

SCHÜRMAN, Betina A. **Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos.** TEXTOS DE HISTÓRIA, vol. 7, n" 1/2, p.149-178, 1999.